

**A ORDEM FRANCISCANA NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA
CONSTITUIÇÃO DO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTÔNIO (1941-
1971)**

THE FRANCISCAN ORDER IN BRAZIL AND ITS IMPLICATIONS IN THE
CONSTITUTION OF THE SANTO ANTONIO SERAFICO COLLEGE (1941-1971)

José Roberto Morais dos Santos¹

ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-6414-4220>

RESUMO

O objetivo deste artigo foi de analisar as contribuições da Ordem Franciscana no Brasil e suas implicações na constituição do Colégio Seráfico de Santo Antônio (1941-1971). O recorte temporal que utilizamos nos possibilitou entender e conhecer um pouco mais da história dessa ordem no Brasil. Assim, pretendemos que este estudo possa contribuir tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Palavras-chaves: História da educação. Educação religiosa. Ordem Franciscana.

Estudando a História da Educação no Brasil, observa-se que, durante muito tempo, a educação esteve fortemente atrelada à religião. Desde o processo de colonização, os franciscanos chegaram ao Brasil e tiveram papéis fundamentais, dentre eles, o de catequizar os índios. De acordo com Saviani (2013, p.39), “a colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os franciscanos”.

Ao chegarem ao Brasil, os franciscanos começaram suas missões através do Frei Henrique Soares de Coimbra, primeiro celebrante de missa no Brasil. Originados da Europa, entre os Séculos XIII e XVI, concebiam a missão como uma ação itinerante, sempre pregando o Evangelho, principalmente nos lugares por onde passavam, em aldeamentos ou lugarejos, incentivando a prática dos sacramentos católicos. Essa era a principal função das Ordens, pois, de acordo com Chatellier (1995, p. 17),

[...] as Ordens mendicantes haviam sido fundadas a partir do século XIII principalmente com essa intenção. [...] Só no reino da França existia oitocentas fundações de conventos de frades que se reclamavam da regra de S. Francisco de Assis ou de S. Domingos, realizadas entre 1250 e 1550. Mas, foi preciso esperar pelo fim da Idade Média para que tipo do grande missionário capaz de reunir multidões se impusesse na Igreja, e pelo dealbar dos tempos modernos

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Desenvolve pesquisas relacionadas à História da Educação, com ênfase em estudos relacionados às práticas escolares no ensino confessional. E-mail: roberttomorais@hotmail.com

para que um método rigoroso, destinado a este gênero de apostolado fosse posto em prática.

Os lugares para as pregações eram escolhidos de acordo com a conversão de uma figura importante naquele contexto, que poderia ser um representante político que, além de manter a ordem, conseguia os recursos necessários para as conversões. Em 1500, o ensino era de responsabilidade das ordens religiosas, como, por exemplo, os franciscanos, os jesuítas, os beneditinos e as carmelitas, que eram responsáveis pelo ensino de cunho religioso, por reestruturar cada ordem e intervir no campo religioso sobre os habitantes dessa terra.

A primeira instituição escolar brasileira surgiu na Bahia e foi fundada por franciscanos em 1533.

Não é demais lembrar que a Ordem franciscana nasceu no século XIII. Os frades ocuparam as principais universidades europeias no período medieval, e no Brasil a primeira escola do país teve àquela matriz de formação, fundada pelos freis Bernardo de Armenta e Alonso Lebron, em Santa Catarina, no ano de 1538. (SANGENIS, 2004, p. 98)

Muitas escolas foram criadas pelos franciscanos, como núcleos das comunidades para a evangelização. Vale dizer que não foram todas as escolas que permaneceram, algumas foram substituídas, outras desapareceram, e outras se desenvolveram como entidades próprias.

A maioria dos livros que tratam da história da Educação brasileira mostra a educação jesuítica como a mais significativa, desde a primeira metade do Século XVI. Durante mais de duzentos anos, foi a mais influente e não deu a devida importância à contribuição da educação franciscana para o Brasil.

Muitos foram os conflitos entre as ordens religiosas nesse período, em especial, entre os franciscanos e os jesuítas, o que resultou, geralmente, na expulsão do território brasileiro de uma ou outra Ordem das Missões. De acordo com Gilberto Freyre (1959, p.57), “[...] dois principais modelos pedagógicos – o franciscano e o jesuítico – competiram na sociedade colonial brasileira dos primeiros séculos. O primeiro, que visava à valorização do trabalho com o incremento das atividades manuais, defrontou-se com o jesuítico, de Ratio Studiorum, fundado *nolatim*” e tinha a finalidade de ordenar as atividades, as funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Jaime Cortesão afirma que

[...] ninguém ignora que as duas Ordens, a de S. Francisco e a de Santo Inácio, foram e são antagônicas. Pode seguir-se através da

história, ora surda ora declarada, essa oposição. E a nós acrescentamos: as lutas, tão asperamente disputadas no Brasil, entre colonos e jesuítas, refletem, em grande parte, o antagonismo de espírito e processos que opõe uma à outra, as duas Ordens. (CORTESÃO, s/d, p.243)

Esses acontecimentos demonstram que, por meio da atuação da Igreja, foi necessário adaptar as missões, tendo como foco a advertência aos pecados e a obediência ao Catolicismo. A formação e a reorientação das missões, sob o controle do Vaticano, fizeram com que a intervenção da Igreja fosse mais rígida. Assim, essas ordens missionárias se adaptaram gradativamente a partir do Concílio de Trento e estabeleceram suas ações nos continentes.

De acordo com autores como Santos (2005), Sangenis (2006) e Rower (1947), não foi dada a devida atenção à contribuição dos franciscanos com o processo pedagógico e civilizador da colonização portuguesa. No país, a proposta de um projeto civilizador e cristão dos franciscanos já começava a se mostrar. Basílio Rower (1947, p.149) diz que,

[...] desde que os religiosos franciscanos se estabeleceram no Brasil, um dos seus cuidados foi sempre disseminar, na medida em que a índole da Ordem essencialmente missionária o permitia a instrução da juventude. O fim principal, por certo, é a educação moral e religiosa, mas com suas escolas realizaram e realizam também uma obra cívica e social.

A educação, cujo principal pressuposto era a orientação vocacional, era de caráter moral e religioso. As experiências de catequese de Frei Bernardo de Armenta foram citadas por muitos autores franciscanos e, até, por jesuítas. O próprio Manuel da Nóbrega menciona seu trabalho em cartas, quando atesta a existência dos franciscanos entre os índios carijós:

Dois Clérigos que têm convertido e batizado muitos. [...] Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron; e até o presente nunca deixou essa Ordem Seráfica de catequizar os filhos da selva e de plantar a fé na Terra de Santa Cruz (LYRA, 1978, p.44)

A citação de Lyra (1978) mostra como se fazia o processo civilizador dessa população indígena. O próprio Elias (1993, p. 197) diz que, “para garantir o processo civilizador, era necessário agir sobre paixões e sentimentos de forma mais direta e espontânea, com o controle das emoções, da autocontenção, pacificando suas condutas e habilitando-o ao convívio social harmonioso guiado por regras acordadas entre si”.

Essa educação era voltada para uma mudança de conduta, que se estenderia a toda a população, ou seja, uma escolarização elementar que era parte fundamental do processo civilizatório. Azzi (1975, p.127) menciona que os missionários franciscanos colaboraram indiretamente com o governo nesse processo civilizatório e encontraram apoio, principalmente por não estarem “ [...] envolvidos em disputas políticas locais”.

Muitos dos pesquisadores brasileiros relatam as dificuldades de se encontrarem fontes escritas sobre a contribuição dos franciscanos para a educação brasileira, o que se encontra é uma grande quantidade de documentos jesuíticos. O Frei Basílio Röwer é um dos que questiona essa falta de documentos e o pouco material existente sobre a historiografia das contribuições educacionais dos franciscanos aqui no Brasil. Sobre isso, afirma:

[...] calam-se os documentos ou limitam-se a ligeiras referências, porque não era o lado forte dos confrades que nos precederam transmitir à posteridade o muito que fizeram em honra de Deus e pela salvação das almas. Satisfaziam-se em trabalhar, esperando, não o louvor dos homens, mas a recompensa eterna (RÖWER, 1944, p. 6).

Sangenis é um pesquisador contemporâneo, que tem dado grandes contribuições para a historiografia franciscana. Seus trabalhos se detêm mais na análise dos preconceitos e os remetem à parcialidade dos escritores no tratamento dessa questão, defendem que a insuficiência de análises, nos documentos analisados pelos historiadores, é somada com a ótima organização dos jesuítas em relação à sistematização de sua história e se contrapõe aos franciscanos, que não se preocuparam em preservar suas fontes documentais, tampouco em documentá-las. Ao se fazer a análise de documentos da época, constata-se que não é apenas por falta de fontes, mas também porque

[...] apenas refletem a má vontade dos autores de aprofundar seus estudos em direção ao que ultrapasse a Companhia de Jesus, seja para falar bem quanto mal. É como se bastasse a referência aos jesuítas, tratados como representantes máximos da ação missionária e protótipos dos missionários, para dar conta do capítulo que sempre deve tematizar a catequese dos índios e dos colonos. Em geral, nos textos didáticos, o exemplo jesuítico é considerado suficiente, não havendo motivo para tratar das demais ordens religiosas, sem incorrer em “redundâncias” de um texto que deve cobrir ainda tantas ou tantas coisas. (SANGENIS, 2006, p.70)

São poucos os autores clássicos da historiografia brasileira que desenvolvem estudos e se dedicam a conhecer a contribuição dos franciscanos para a educação

brasileira. Um desses pesquisadores é Gilberto Freyre, que, juntamente com José Honório Rodrigues e o próprio Sangenis, trata dessa temática. Apesar de poucas, essas produções lembram a presença da Ordem Franciscana na constituição do Brasil. O próprio Freyre menciona de onde vieram tais influências para o desenvolvimento desses estudos, quando refere que as

[...] inspiradoras de indagações e de experimentos científicos e desenvolvidas, desde anos remotos, em Oxford e em Paris, por frades de São Francisco que foram também, além de homens bons, grandes mestres ou doutores: tão grandes que a influência das suas ideias transbordou da época em que atuaram em universidades e em claustros para se prolongar por outras épocas e noutros centros de estudo e de ação, numa verdadeira sucessão de ondas renovadoras do pensamento e da cultura dos europeus e de cristãos. (FREYRE, 1959, p. 9)

A obra de Gilberto Freyre é de extrema relevância para estudos acerca do franciscanismo no Brasil, não por ter sido escrita e organizada só por esse autor clássico da Sociologia e da Historiografia brasileira, mas também por um autor que não era franciscano.

É importante enfatizar que ainda há muito a pesquisar e avançar. Mesmo com tantas adversidades, as pesquisas já realizadas têm sido de extrema importância para a História da Educação brasileira. Os que tiveram a capacidade de divulgar primeiramente seus escritos levaram vantagens, pois silenciaram e/ou omitiram a importância educativa e missionária de outras Ordens, como a dos franciscanos. Fébvre (2000, p.428) enuncia que “[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho humano do historiador lhe pode permitir utilizar... Portanto, com palavras. Com sinais. Com paisagens e com telhas”.

Pesquisas mostram que a primeira Custódia de Santo Antônio do Brasil surgiu em 1584, sob a responsabilidade do Frei Melquior, que teve permissão para fundar conventos onde ele achasse necessário, para receber noviços da Ordem, mesmo sendo extremamente dependente da província franciscana de Portugal. No ano seguinte, os mesmos fundadores dessa Custódia chegaram a Olinda - PE e fundaram muitos conventos entre as missões indígenas e fizeram ações sociais e missões populares.

Por volta do ano de 1657, a custódia de Santo Antônio foi elevada à categoria de Província pelo Papa Alexandre VII. Dezoito anos depois, em 1675, foi criada a Província da Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, com a ajuda da Província de

Santo Antônio. Assim, o Marquês de Pombal, em 1759, criou o Alvará Régio, como um dos primeiros esforços para secularizar as instituições escolares, pois deveria ser mantido e dirigido pelo poder secular.

A religião oficial do Brasil era a católica, com as limitações impostas pela lei, através do regime do Padroado Régio Ultramarino, que não permitia que outras crenças atuassem. Os não católicos não podiam demonstrar qualquer manifestação em público. Segundo a Legislação do Império, todos nasciam católicos e eram cercados por rituais e costumes católicos. Além disso, era comum participar desse universo sem depender de escolha prévia. Os não católicos eram proibidos de sepultar os mortos, e os batizados e os casamentos não eram reconhecidos. Os cargos públicos eram reservados aos que professassem a fé da Igreja Católica. Hoonart (1977) refere que, a partir do ano de 1860, começou-se a discutir sobre essa configuração e a constituir novas modificações legais em prol dos demais credos porque

[...] a organização da igreja, no Brasil, entre 1500 e 1800, era, em grande parte, controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa portuguesa [...]. O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português [...], de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada (p.12)

Em 1886, o Brasil tinha duas Províncias franciscanas, que abrangiam as Regiões Nordeste e Norte. E, em 1891, essas províncias receberam os primeiros frades alemães restaurados vindos da Saxônia.

O Catolicismo foi a religião oficial e a permitida no Brasil até o ano de 1889, com a Proclamação da República, em 1889, o que marcou o fim do padroado, e os privilégios do Clero foram cortados. Com a ruptura entre o Estado e a Igreja, intensificou-se a Reforma Ultramontana, propagada por Roma, cuja ação religiosa era centrada nos sacramentos, o que tornava a figura do padre indispensável.

Com o fortalecimento das ideias republicanas e liberais no final do Século XIX, ficou fortalecida também a ideia de um ensino laico, que se iniciou depois da Proclamação da República. A partir de então, o ensino laico oferecido pelo Estado se tornaria um contraponto aos colégios confessionais que eram oferecidos pela Igreja. A Igreja Católica tinha como dever o ensino católico, e como principal projeto, formar cidadãos católicos regidos por princípios morais e revelados por Deus. Decretar a laicização do ensino seria colocar em risco todo um projeto religioso que era pautado na fé. Por outro lado, os Liberais argumentavam que a população não conseguiria

promover o devido progresso que a civilização merecia, enquanto não se desvencilhasse da educação religiosa. Para eles, enquanto os cidadãos católicos se mantivessem “presos” à fé, não fariam nada, além de professar sua fé e de obedecer à Igreja.

O principal argumento que a Igreja Católica defendia era de que seria preciso uma moral cristã para uma população cristã, fato que o Estado, por meio do ensino leigo, não poderia promover. Baseando-se nesse pressuposto, a Igreja Católica começou a desenvolver seu processo de recristianização, com a fundação de várias escolas católicas, que, futuramente, se eximiriam da responsabilidade de uma educação pública do Estado, pois as classes dominantes desejavam proporcionar aos seus filhos e filhas uma educação tradicional, ofertada pelas escolas católicas. A citação de Chaves (2012) descreve assim esse cenário:

Trata-se de uma educação que procura desenvolver certos atributos que conferem aos jovens alunos das famílias católicas o sentimento de pertencer a um grupo que os posicionaria à parte dos demais alunos, devido à crença em suas qualidades religiosas. Esse sentimento ainda seria reforçado pelo colégio que, centenário e com uma história a contar, legaria ao seu público e às famílias prestígio e distinção, ou seja, capital simbólico. Garantiriam reputação social, honra e senso de família, predicados essenciais para as famílias católicas pertencentes a uma sociedade que, na década de 1950, se encontrava em franca modernização. (SAINT MARTIN, 2002, p. 134 *apud* CHAVES, 2012, p.522)

Por mais que a República propagasse e formalizasse a separação do Estado da Igreja Católica, ainda era muito forte a influência de uma moral religiosa na sociedade brasileira. Isso desencadeou um processo que levou o regime republicano a reconhecer a consolidação da Igreja nos serviços educacionais prestados à população para o progresso da sociedade. Kulesza (2006, p. 88) afirma que

[...] é justamente a partir da proclamação da República que a Igreja no Brasil consolida sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos. [...] foi por meio do saber letrado que a Igreja católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais.

A autonomia da Igreja prevaleceu. Depois de ser baseada na romanização da instituição eclesial, nova ordem passou a vigorar sobre a anterior, que garantia a autonomia do Estado sobre a Igreja. Com o principal objetivo de garantia e o fortalecimento da Igreja no Estado Republicano, a romanização usou algumas estratégias, que foram desde a formação de um perfil de professor nos colégios

confessionais definido pelo Clero, até a circulação de conteúdos divulgados pela imprensa, que orientavam uma conduta moral e o perfil dos jovens.

Quando a Igreja foi separada do Estado na Proclamação da República, vieram para o Brasil diversas congregações religiosas da Europa, com o intuito de, através de uma educação católica, corrigir os “erros” de uma política liberal propagados por uma educação leiga. Dessa forma, várias expedições chegaram ao Brasil e, pouco tempo depois, os conventos, antes abandonados, estavam cheios de frades novos e velhos, vindos do continente europeu. Com a restauração dos conventos franciscanos, em 1901, foram surgindo novos conventos no Brasil, com o principal objetivo de promover as vocações nacionais, já que grande parte dos frades, em solo brasileiro, era de origem alemã.

Mesmo com o funcionamento do Colégio de Bardel na Alemanha, continuavam a chegar mais frades ao Brasil, para dar continuidade ao seu noviciado. No ano de 1924, chegaram a Olinda - PE – mais seis noviços, que se juntaram aos Freis Manfredo Pantenburg e Hildebrando Krutkaup. Ao todo, foram 35 clérigos que embarcaram para o Brasil nesse ano. Moraes e Albuquerque (2009, p. 25) enunciam que

os atos do Congresso Definitório de 1º de maio de 1928 rezam: “Tornando-se sempre mais urgente a necessidade de se fomentarem as vocações entre os brasileiros, os PP. Definidores externaram sua vontade que em vários Conventos fossem escolhidos jovens idôneos para, por algum tempo, serem instruídos e sondados quanto à sua índole e ao talento; e quando julgados idôneos fossem enviados a uma Escola Seráfica a ser fundada mais tarde”.

Na reunião definitória havida no Convento do Recife, em 23 de novembro do mesmo ano, os PP. Definidores resolveram instalar na Residência Paraibana de São Pedro Gonçalves um Colégio Seráfico cuja função seria a de preparar os alunos para cursarem as classes superiores do nosso Colégio em Bardel. Frei Florentino Gerbig foi nomeado primeiro reitor desse Colégio Seráfico. Em 2 de fevereiro de 1929, o P. provincial frei Cornélio Neises inaugurou esse novo Colégio Seráfico de Santo Antônio que começou a funcionar com 12 alunos. (MORAES e ALBUQUERQUE, 2009, p. 25)

No ano de 1938, como a situação política e religiosa na Alemanha não estava muito favorável, foram suspensas as atividades do Colégio de Bardel por meio de um decreto. No momento em que o Nazismo conseguiu fechar o Colégio Franciscano de Bardel, muitos frades alemães foram enviados para o Brasil, fugindo das ameaças de Hitler. Então, no Definitório de 1939, foi deliberada a construção de um novo Colégio Seráfico, em lugar a ser definido, para que o ensino confessional continuasse em vigor. Naquele momento, a história do Colégio Seráfico de Santo Antônio começou a se

desenhar na Alemanha, em meio à Segunda Guerra Mundial. Como uma das finalidades do Colégio de Bardel era de enviar missionários para o Brasil, principalmente nas décadas de 20 e de 30, com o seu fechamento, começou a se perguntar o que seria dos demais colégios que dependiam do envio desses frades.

Assim, passou-se a buscar um lugar apropriado, que pudesse atender a certas demandas que seriam necessárias para o funcionamento de um colégio: localizado próximo a uma cidade de maior porte, para que viabilizasse o acesso dos alunos ao colégio, e com condições climáticas que se aproximassem do clima alemão, tendo em vista a adaptação dos frades que viriam de lá. Deveria ser um local onde a população tivesse bons costumes e famílias bem constituídas. Com esses objetivos, formou-se uma comissão em busca desse lugar, que visitou alguns locais de Pernambuco, mas não encontrou os objetivos que procurava e resolveu visitar outros locais, dessa vez, na Paraíba.

O Frei Romualdo Kruempelmann escreveu uma carta ao R. P. Definidor, Frei Matias Teves, comunicando que conseguiriam um bom terreno, próximo à cidade de Campina Grande-PB, por um ótimo preço - nove contos de réis - metade do que valeria, para construir o Colégio Seráfico. Em Definitório de 1939, foi escolhido o sítio de Lagoa Seca. Conforme afirma Pereira (1999, p.79), “[...] grande foi a surpresa – disse Frei Pedro – de encontrarem um local ótimo, com todas as condições desejadas, no lugarejo de Lagoa Seca, à época também chamado de Ipuarana”. Surgia, assim, o Colégio Seráfico de Santo Antônio.

A chegada de tal projeto mobilizou a população local, que foi receptiva e acolhedora. No dia 28 de novembro de 1939, os Freis Lamberto Hoetting e Pedro Westermann foram os primeiros a chegar a Lagoa Seca para ajudar a construir o colégio. No ano seguinte, o Frei Manfredo Patenburg chegou a Lagoa Seca. Em 28 de janeiro de 1940, o Arcebispo da Paraíba, Dom Moisés Coelho, cercado por uma multidão e por personalidades da época, como o prefeito de Campina Grande, Bento de Figueiredo, dava a bênção da primeira pedra e dos alicerces do colégio.

Com a construção desse grande colégio, resolver-se-ia o problema vocacional na província de Santo Antônio. O Frei Lamberto Hoetting tinha o conhecimento técnico e, juntamente com o Frei Pedro Westermann, que ficou conhecido como o guia e dirigiu os trabalhos de construção do seminário, elaborou, juntamente com o Frei Lamberto Hoetting, um anteprojeto, que foi desenvolvido por Heitor Maria Filho, arquiteto de Recife. Posteriormente, juntou-se a eles o Frei Manfredo Panterburg, que ficou

conhecido como o apóstolo. Assim, estava formada a primeira comunidade franciscana do Colégio.

Desde a vinda dos portugueses para o Brasil, em 1500, a obra franciscana contribuiu para instruir o povo brasileiro e para fundar e ampliar o antigo Colégio Seráfico de Santo Antônio.

ABSTRACT

The purpose of this article was to analyze the contributions of the Franciscan Order in Brazil and its implications in the constitution of the Seraphic School of Santo Antônio (1941-1971). The time period that we used allowed us to understand and know a little more about the history of this order in Brazil. Thus, we intend that this study can contribute both, nationally and internationally.

Keywords: History of education. Religious education. Franciscan Order.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. Os Capuchinhos e o movimento brasileiro de reforma católica do Século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 35, fasc. 137, mar. 1975, p. 123-139.
- CHATELLIER, Louis. **A religião dos pobres**: as missões rurais na França e a formação do catolicismo moderno, Séc. XVI-XIX. Lisboa. Editorial Estampa, 1995. 282p.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. O papel da igreja na educação escolar masculina na década de 1950. **Cadernos de pesquisa**. v.42 n.146 p.518-537 maio/ago. 2012.
- CORTESÃO, Jaime. **Introdução à história das Bandeiras**. Lisboa: Portugália, Segundo Volume, s/d. 243p.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1993. V II. 300p.
- FEBVRE, Lucien.; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000. 509p.
- FREYRE, Gilberto. **A propósito dos frades**: sugestões em torno da influência de religiosos de São Francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs, especialmente das hispânicas nos trópicos. Salvador, Aguiar & Souza, 1959. 190p.
- HOORNAERT, Eduardo *et al.* **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época. Petrópolis, vozes, 1977. 279 p.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. (Orgs.). **A Escola e a Igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 202p.
- _____. Igreja e educação na Primeira República. In: MACHADO, Charliton José dos Santos & SCOCUGLIA, Afonso Celso (Orgs.) **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas – SP: Autores Associados. 2006. 227p.

LYRA, Sophia A. **São Francisco de Assis e o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 296p.

MORAES, José Clotário Dantas de.; ALBUQUERQUE, João Batista de. **Ipuarana 70 anos**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2009. 414 p.

PEREIRA, Carlos Almeida. **Ipuarana 2000: Refazendo uma caminhada**. Belém: [s.n.],1999. 98p.

RÖWER, Basílio. **Os Franciscanos no sul do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1944. 93p.

_____. **A Ordem Franciscana no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1947. 216p.

SANGENIS, Luís Fernando. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol 1. Petrópolis: Vozes, 2004. 440p.

_____. **Gênese do pensamento único em Educação: Franciscanismo e Jesuitismo na história da educação brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES, 2006. 197p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 474p.

Submetido em: 21/03/2017

Aprovado em: 28/06/2017

Publicado em: 20/06/2018